RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2017

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

Atos praticados pelos gestores abaixo:

DIRETORIA EXECUTIVA
José dos Santos Freire Júnior
Diretor – Presidente

Maurílio Ricardo Araujo de Lima
Diretor Operacional
Diretor Administrativo-Financeiro em Exercício

CONSELHO FISCAL
Joaquim de Sena Balduíno
Presidente

Sérgio Rodrigo do Vale
Membro

Paulo Antenor de Oliveira
Membro

Carlos Junior Spegiorin Silveira
Suplente

Jax James Garcia Pontes
Suplente

Alessandro Ramos Marques
Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José dos Santos Freire Júnior
Presidente

Herbert Brito Barros
Vice - Presidente

Francisco Tadeu Sant'anna Jardim
Membro

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

Este Relatório de Gestão foi elaborado
em conformidade com as orientações da
Instrução Normativa do TCE/TO nº. 006,
de 25 de junho de 2005,
Regimento Interno do TCE/TO,
aprovado pela Resolução Normativa nº. 002,
de 04 de dezembro de 2002, e
Lei Orgânica do TCE/TO nº. 1.284,
de 17 de dezembro de 2001.

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

APRESENTAÇÃO

Este relatório é peça obrigatória do processo de prestação de contas anual e tem por objetivo descrever as metas estabelecidas, ações realizadas e resultados alcançados ao longo do exercício 2017, além dos meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais.

O conteúdo mínimo do Relatório de Gestão encontra-se disciplinado por Decisões Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

1. IDENTIFICAÇÃO

QUADRO 1 - Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo e sigla	Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.
Natureza jurídica	Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Fechado.
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional	A Agência de Fomento foi criada através da Lei nº 1.298, de 22/02/2002, com alterações introduzidas pela Lei nº 1.628, de 5/12/2005, tendo sido instalada em outubro de 2005. Seu Estatuto Social foi aprovado em Assembléia Geral, tendo passado posteriormente por alterações de diversos atos.
CNPJ	05.474.540/0001-20
Endereço completo da sede	Quadra103Sul, Rua do Pedestre SO 09 Conj 03 Lote 04 - Plano Diretor Sul – Palmas/TO CEP: 77.015-032 Fone: (63) 3220-9800 (63) 3220-9820
Endereço na internet	www.fomento.to.gov.br
Situação	Em funcionamento. Autorizada pelo Banco Central do Brasil.
Função de governo predominante	Financiar projetos de desenvolvimento, podendo firmar convênios com instituições de pesquisa, nacionais, internacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, e fazer empréstimos com recursos próprios e de repasses.
Tipo de atividade	Agência de Fomento (Instituição financeira não bancária).

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se através da Lei das Sociedades Anônimas, por seu Estatuto Social e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

Inaugurada em Outubro de 2005, a Agência de Fomento, em parceria com o Governo do Estado, tem mantido sua missão de participar ativamente do desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, viabilizando o apoio a investimentos que geram renda, emprego e competitividade nos diversos setores produtivos da economia local, incentivados pelo crédito diferenciado e impulsionando a instalação e a manutenção de negócios no Estado, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais.

O cumprimento da missão por meio da realização das ações de crédito é o grande desafio da Instituição, sendo estas pautadas em um tripé que deve ser a base de todos os negócios e atividades implementadas, a saber: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e consciência ambiental.

3 PLANO DE TRABALHO 2017/2018

3.1 Introdução

O Estado do Tocantins, tem reconhecidamente um enorme potencial econômico, representado pela sua posição geográfica privilegiada, que permite a montagem de uma logística de transportes com vantagens competitivas não só para o Estado, mas sobretudo para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o país, em termos de viabilização do Corredor Centro Norte de Exportação; apresenta, ainda, os piores indicadores econômicos e sociais do país, ao lado de estados como o Acre, Amapá e Roraima; em razão principalmente da falta de infraestrutura em todas as áreas e setores, principalmente, nos setores de transportes, energia, saúde e saneamento, segurança, agricultura e indústria.
Diante desse quadro o atual Governo priorizou ações emergenciais de curto prazo, como a reorganização administrativa em busca da governabilidade, e as destinadas à solução de problemas nas áreas de saúde, segurança e educação. Ao mesmo tempo está buscando recursos para complementar a infraestrutura básica e viabilizar o aumento da produção, da produtividade agropecuária e do agronegócio e o incentivo à industrialização, tendo como orientação básica a geração de emprego e o aumento da renda. Como estratégia está buscando a aproximação das ações de governo com a população e incentivando o desenvolvimento regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais.
Por outro lado, o objeto social da Agencia de Fomento do Estado do Tocantins S.A., segundo o seu Estatuto, é o financiamento de projetos de desenvolvimento que promovam benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais, observadas as seguintes Diretrizes Gerais:

I. identificar, estimular, potencializar ou criar vantagens competitivas para o Estado, de forma a atrair novos investimentos, manter e valorizar os já existentes e preservar de forma persistente a capacidade de desenvolvimento do Tocantins;

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

II. desenvolver, dentre outras ações, programas de recuperação de setores, atividades econômicas e empresas baseados no Tocantins, de modo a devolver-lhes condições de crescimento e competitividade, contribuindo para a sua permanência e prosperidade;

III. desenvolver ações que abranjam todo o território do Estado, com ênfase especial para as áreas deprimidas e de ocorrência de problemas climáticos, adotando soluções que permitam não apenas a convivência com esses problemas, mas principalmente a sua utilização como vantagem competitiva;

IV. apoiar a implementação de projetos que deverão, necessariamente, gerar benefícios diretos e mensuráveis para o Estado e sua população, atendendo, no mínimo, aos requisitos de promoção de empregos dignos e renda justa para os trabalhadores e produtores, melhoria da qualidade de vida, saúde, educação, cultura, capacitação e elevação da auto-estima das populações, preservação, recuperação e valorização do ambiente, bem como cumprir a responsabilidade social que lhes é inerente;

V. deverão ser priorizados os empreendimentos cujo valor agregado permaneça o máximo no Estado, e que sejam voltados para os requisitos de qualidade, produtividade, tecnologia e modernização, aproveitando e desenvolvendo os potenciais de recursos humanos, naturais e institucionais do Tocantins e contribuam para acelerar o crescimento econômico de sua área de atuação, voltados preferencialmente para:

   a. o setor agropecuário, industrial, comercial e de serviços, com destaque às micro, pequenas e médias empresas;
   b. a instalação de empreendimentos pioneiros com processo de produção simples e que substituam as importações estaduais, e os que utilizem matéria-prima local;
   c. a ampliação da oferta de energia elétrica;
   d. a construção e ampliação de armazéns, silos e frigoríficos;
   e. o desenvolvimento do turismo;
   f. a exploração sustentável dos recursos naturais;
   g. a constituição e ampliação de empresas privadas para exploração de serviços de utilidade pública;
   h. outros serviços de interesse público estadual.

Ainda segundo o seu Estatuto Social a Agência poderá desenvolver, direta ou indiretamente, as seguintes funções e atividades, dentre outras compatíveis com seu objeto social:

I. identificação, criação e estimulação de vantagens competitivas e oportunidades de investimento no Estado, envolvendo:
   a. diagnósticos e estudos globais, setoriais e espaciais;
   b. levantamento, cadastramento e sistematização de projetos de interesse do Estado;
   c. elaboração de perfis e projetos que possam ter por base o território do Tocantins;
   d. outras atividades de estudos, pesquisas e projetos, enquadradas no objeto social.

II. promoção de investimentos, para a atração de empresas e negócios para o Estado, abrangendo:

   a. identificação de investidores potenciais, no Estado, no País e no Exterior;
   b. articulação com outros órgãos para a criação de atrativos locais;
   c. divulgação das oportunidades de investimento, fazendo-o no Estado, no País e no Exterior, devendo, para tanto, utilizar-se dos recursos mais modernos e eficazes;
   d. negociação com investidores, para a viabilização dos investimentos no Estado;
   e. criação de facilidades para a instalação dos empreendimentos;

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

f. prestação de serviços de apoio empresarial, em articulação com os demais órgãos públicos e privados, tais como centrais de negócios, montagem e operação de bolsas de equipamentos, materiais e resíduos industriais, incentivo à formação de cooperativas e associações, e outros serviços que sejam considerados importantes para promover a atração de empresas e o incremento de negócios;
g. outras atividades caracterizadas como promoção de investimentos.

III. recuperação, reabilitação, viabilização e financiamento de empreendimentos, compreendendo:

a. elaboração e execução de planos e projetos para recuperar setores deprimidos, abrangendo, de preferência, toda a cadeia produtiva relacionada com o setor em questão;
b. outras atividades de viabilização e financiamento de empresas, dentro do objeto social.

3.2 Estratégia de Atuação

A atuação da Agência, como partícipe do processo de desenvolvimento do Estado, deve ser coerente com as prioridades do Governo e levará em conta, por um lado, o desenvolvimento regional, com ênfase nas Regiões mais carentes, com vistas à redução do desequilíbrio inter-regional; e por outro o aproveitamento do potencial de desenvolvimento das seguintes áreas, segmentos e investimentos:

a) Recuperação econômica da região do antigo PRODECER;
b) Consolidação dos Projetos de Irrigação de Manoel Alves, Gurita, São João e Sampaio;
c) Desenvolvimento das áreas de influência das barragens de Lajeado, Estreito, Peixe e São Salvador;
d) Desenvolvimento da área de influência da Ferrovia Norte Sul, com ênfase nas Plataformas Multimodais;
e) Desenvolvimento da área de influência da Hidrovia do Rio Tocantins – Trecho Peixe/Aguiarnópolis;
f) Consolidação das Cadeias Produtivas identificadas.

3.3 Ações Prioritárias

a) Organização Interna

a. Capacitação e Reciclagem de Pessoal;
b. Adequações na estrutura de TI (Com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID);
c. Customização do Sistema de Controle;

b) Elaboração dos Termos de Referência dos seguintes objetivos e metas:

a. Aumento da Produção e da Produtividade agropecuária;
b. Industrialização e Agronegócio;
c. Agricultura de Baixo Carbono;
d. Interiorização do desenvolvimento (proximidade com o Cidadão)
e. Desenvolvimento de Regiões carentes;
f. Empreendedorismo e geração de renda;
g. Apoio aos setores prioritários (saúde, educação e segurança);
h. Geração de Energias alternativas (solar, eólica, biomassa);
i. Eletrificação rural;
j. Consolidação dos Projetos de irrigação;

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

k. Comercialização e armazenagem;
l. Consolidação do ecoturismo;
m. Projetos de tecnologia e inovação;
n. Viabilização das chamadas Cadeias Produtivas já identificadas.

c) Definição de Parcerias com as seguintes Instituições:

a. SEBRAE, IEL;
b. MUNICÍPIOS e ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS (ATM);
c. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. – BASA;
d. SUPERINTENDÊNCIA DA AMAZONIA – SUDAM
e. FEDERAÇÕES – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA;
f. SECRETARIAS – SEPLAN, SEAGRO, SEDETUR, SECOM, SESAU, SEDUC, CIDADES, SEINFRA;
g. RURALTINS E NATURATINS
h. BNDES, BB, MCTI, FINEP, MDIC, EMBRAPA, ELETROBRAS, MAPA, M da PESCA;
i. BANCOS COMERCIAIS
j. AGÊNCIAS DE FOMENTO DE OUTROS ESTADOS;
k. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDETUR);
l. ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

d) Negociação de Recursos e Elaboração dos projetos respectivos;

a. Aporte de Capital de R$ 15.000.000,00 (aporte não realizado pelo Estado);
b. FIETO/IEL (Palestra sobre recursos voltados à inovação em conjunto com a FINEP);
c. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Nova proposta encaminhada – aguardando avaliação dos técnicos do BNDES);
d. Fundo Estadual de Desenvolvimento da SEDETUR;
e. Ministério da Pesca e Aquicultura;
f. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;
g. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA;
h. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;
i. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE (convênio já firmado – FAMPE já está sendo utilizado);
j. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Apoio na doação de equipamento de TI).

e) Recursos já captados;

a. Banco da Amazônia S.A (Recurso prestes a disponibilizar no valor de R$ 5.000.000,00);
b. Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (Recurso já disponível no valor de R$ 8.000.000,00);
c. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE (convênio já firmado – FAMPE – ampliação do valor da garantia).

f) Concessão de empréstimos;
g) Realização de Cobrança;

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

h) Recuperação de Dívidas atrasadas;
i) Acompanhamento da execução dos empreendimentos financiados.

3.4 Estrutura organizacional

Quanto à Função dos Órgãos Colegiados da Administração:

ASSEMBLÉIA GERAL - é o órgão superior da sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

CONSELHO FISCAL – COFIS - com funcionamento permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, diplomados em curso de nível superior ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro-fiscal, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD - é composto de 5 (cinco) membros efetivos, residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Fica assegurado que os Acionistas Minoritários terão o direito de eleger um Conselheiro.

AUDITORIA INTERNA – AUDIN - tem como missão assessorar a Administração da Instituição no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando a correta aplicação do capital, através de uma fiscalização transparente.

DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX - é o órgão colegiado encarregado da condução dos objetivos sociais e da prática dos atos necessários ao adequado funcionamento da Agência, sendo composta por três (três) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Operacional e Diretor Administrativo-Financeiro, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

PRESIDÊNCIA – PRESI - Supervisiona e dirige os negócios da Agência, representando-a em juízo ou fora dele.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA – DIRAF - é a diretoria responsável pela Coordenação do Programa, bem como por administrar as atividades de Gestão do Crédito, da Área Contábil e Financeira da Instituição.

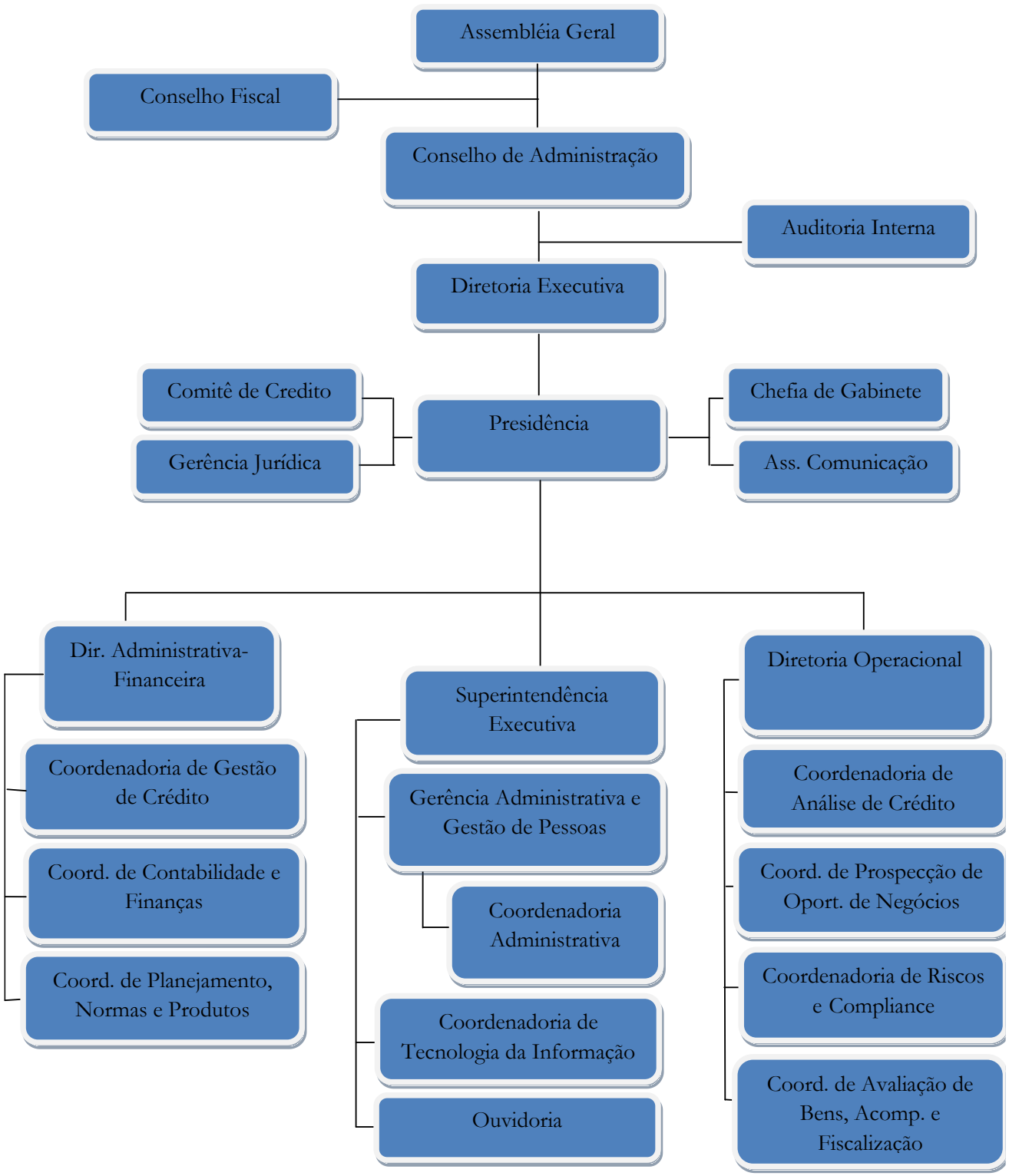
DIRETORIA OPERACIONAL – DIROP - É a diretoria responsável pela prospecção, concessão e fiscalização do crédito e, também, é a diretoria responsável por administrar as atividades de Gestão de Riscos e Controle Interno.

Destarte, a Fomento encerrou o ano de 2017 com uma estrutura organizacional distribuída, conforme apresentado no QUADRO 2, traduzindo a visão de transversalidade das ações sem perda da necessária

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

segregação de funções, que evita o conflito de interesses entre as áreas. Ficando distribuída, conforme a seguir:

QUADRO 2 - Estrutura Organizacional



103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

3.5 Capital Social

O Capital Social, autorizado para a Agência de Fomento é de R$ 100.000.000,00, sendo integralizado o valor de R$ 26.823,127,62 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos) o qual tem como objetivo a promoção do desenvolvimento regional e a ampliação do apoio creditício aos projetos de desenvolvimento localizados no Tocantins.

QUADRO 3 - Demonstrativo de Composição do Capital Social

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R$)	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	26.662.188,84	26.662.188,84	26.662.188,84
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FIETO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FAET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FACIET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	9.682,89
SICON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	9.682,89
TOTAL DE AÇÕES		**100**	**6.000.000**	**26.823.127,62**	**26.823.127,62**	**26.788.847,14**

3.6 Política de Crédito

Almejando um alinhamento com as políticas públicas do Governo do Estado, além de agir em conformidade com a sua natureza e com as exigências do Órgão Regulador, a Agência de Fomento tem buscado o alinhamento dos produtos de crédito e dos programas oferecidos com as diretrizes do Governo, com a missão de contribuir para o fomento das atividades estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

Importante destacar o enfoque qualitativo que a Administração buscou agregar a todas as atividades, em especial às atividades envolvidas com a concessão e prospecção de operações de crédito. Por conseguinte, a atual gestão tem sido categórica na segregação de atividades como Cadastro, Análise, Classificação de Riscos e Gestão do Crédito, bem como tem buscado dar maior transparência e desburocratizar procedimentos por meio da transversalidade entre as áreas e a reformulação de processos e normativos internos. Isto, sem ignorar a segurança necessária e a obtenção de resultados quantitativos e qualitativos.

4 INDICADORES DE GESTÃO POR ÁREAS

4.1 Tecnologia da Informação – TI

A área de Tecnologia da Informação – TI – é um conjunto de dados classificados e organizados com integração e gestão de recursos de hardware e software destinados à captura, processamento, armazenamento e comunicação de dados, visando automatizar a produção e a gestão das informações que compõem o papel primordial da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, que mantém recursos tecnológicos que representam o melhor custo-benefício para a Instituição.

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação monitora tráfegos de rede, transferência de arquivos, ociosidade de serviços e acessos, propiciando assim estatísticas e estudos de incidências na rede. Também continua o atendimento de prontidão a quaisquer problemas referentes a terminais de trabalho ou a sistemas operacionais com mau funcionamento, proporcionando um ambiente retilíneo em suas ações.

Na previsão contida em relatórios anteriores, várias propostas foram arremetidas para o ano subsequente devido a contenção de gastos, haja vista que com tais demandas surgiram metas subseqüentes a esta migração contida abaixo neste relatório.

No ano de 2017 foram solucionados problemas estruturais e implementados diversos novos serviços, tais como:

- Renovação contratual de Telefonia Fixa com Tecnologia Tronco digitral - Voip E1 com Aparelhos IP;
- Instalação e migração de novo Banco de dados;
- Instalação, migração e atualização para o novo sistema de gerenciamento de creditoFacCred;
- Monitoramento do servidor Proxy Squid com controle de Usuários;
- Aquisição de 8 novos computadores para supri déficit da Coordenadoria de Gestão;
- Implantação e migração do serviço de internet dedicada de 15 para 24 MB;
- Monitoramento e manutenção do Sistema de Ponto Eletrônico;
- Monitoramento e manutenção de Sistema de Recursos Humanos;
- Aquisição de software 50 licenças de antivírus;
- Implantação controle de acesso ao CPD (Central de Processamento de Dados), com instalação de fechadura elétrica com acionamento por controle remoto e chave mult-segredos;
- Foram adquiridos através de doação 20 monitores de alta resolução, 5 notebooks, 10 mouses e 10 teclados;

Para 2018 está previsto um investimento na aquisição 20 computadores que se encontram defasados para os serviços de Agência, troca do sistema operacional para todos os computadores e servidores, também está previsto a aquisição de novos equipamentos de monitoramento de segurança e acesso na Instituição. Também no planejamento, desta Coordenadoria, está previsto um novo equipamento de contingência de dados para conseguir com maior segurança conter todas as informações inerentes ao serviço e redundância de dados. A partir de cursos previstos para os colaboradores desta Coordenadoria, estão previstos também um melhor monitoramento dos serviços de correio eletrônico, atualização e criação de novas páginas web, gerando melhor transparência nas informações e economicidade para Instituição. Em relação ao banco de dados que hoje é contido pela plataforma Oracle, esta Coordenadoria prevê melhorar ainda mais os sistemas de copia de segurança (Backup) e seu retorno após crise (Restore), validando em ambiente de homologação, mensalmente, para garantir a integridade das informações contidas no mesmo.

4.2 Coordenadoria Administrativa

4.2.1 Desenvolvimento Humano

A atual administração buscou estabelecer um compromisso com a força de trabalho, baseando-se no respeito mútuo e numa comunicação aberta, na tentativa de estabelecer o envolvimento dos clientes internos e externos.

4.2.2 Gestão de Pessoas

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

A Gestão de Pessoas na Agência de Fomento é orientada para a missão de criar condições favoráveis a um ambiente de trabalho que estimule o desempenho dos empregados, assegurando o envolvimento e o comprometimento com os resultados empresariais desejados. Foram consolidados avanços na visão empresarial da gestão de pessoas com o alinhamento de atividades e projetos de recursos humanos. O foco nos resultados se dá, portanto, pelo alinhamento de práticas que visam o fortalecimento da relação empresa x funcionário.

As iniciativas de desenvolvimento humano no ano focalizaram, prioritariamente, a preservação da competência técnica dos empregados e o aprimoramento dos instrumentos e práticas de gerenciamento da força de trabalho. Em decorrência da alteração de responsabilidade sobre a área, os instrumentos e práticas de recursos humanos também estão sendo revisados para contemplar uma visão mais ampla na gestão de pessoal.

4.2.3 Capacitação

Ao longo do ano 2017, a instituição capacitou 10% do quadro de pessoal. Estas oportunidades foram distribuídas em cursos externos. Assim, foram realizados treinamentos técnicos em algumas áreas, participação em cursos e palestras.

4.2.4 Qualidade de Vida no Trabalho

Em 2017 manteve-se o processo de desenvolvimento de programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) na Agência de Fomento, por meio de ações tais como:

a) **Integração:** foram realizados momentos de integração de modo a interferir positivamente no clima organizacional, promovendo melhorias nos relacionamentos interpessoais. Houve por exemplo, a promoção de comemorações em dias como Dia das Mães uma homenagem às funcionárias que são mães e no mês de agosto uma homenagem aos pais.

4.2.5 Patrimônio – Transporte - Almoxarifado

- **Patrimônio**

O patrimônio teve seu inventário no primeiro semestre com todos os termos assinados por todos os coordenadores de suas respectivas áreas. No segundo semestre por conta da migração de sistemas não foi possível a emissão dos termos, porém a contagem dos bens foi realizada normalmente. Não houve baixa de patrimônio durante os dois semestres do ano de 2017.

- **Transporte**

Todos os veículos tiveram seguro e revisões em dia durante todo o ano.

- **Almoxarifado**

O almoxarifado teve duas conferências durante o exercício, uma em cada semestre. As requisições foram atendidas duas vezes por semana confirmando um maior controle nas saídas dos materiais. Conforme os métodos adotados por essa Gerência, foi realizada uma compra para reposição de estoque anual, garantindo ter sempre materiais em boas condições e dentro de seus prazos de validades.

4.3 Comunicação e Marketing

A comunicação institucional é um ativo importante para a gestão de uma instituição de desenvolvimento. Dentro dessa premissa, a área manteve-se atuante de acordo com as demandas e

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

orientações de sua gestão, realizando a divulgação das ações empreendidas pela Instituição no ano de 2017, ações estas, parametrizadas com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Estado. Foram realizadas atividades envolvendo:

4.3.1 Eventos:

Em 2017, foi realizada a cobertura de diversos eventos. Nesta perspectiva, entre os mais relevantes encontram-se a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins – Agrotins, no qual a Agência de Fomento participa com um estande institucional, parceria com a Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária (Seagro), cobertura da reunião e visita dos representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES. Houve também, o registro dos eventos e ações realizadas com o público interno da instituição (colaboradores) em comemorações alusivas ao ambiente organizacional.

4.3.2 Releases:

Neste ano foram produzidos, publicados, e repercutidos um total de 06 releases. O material produzido foi veiculado, em sites de notícias do Estado, a fim de gerar **agenda positiva** para a Instituição.

4.3.3 Mídia Externa:

Em 2017, foram publicados 06 releases em diversos sites de notícias, a exemplo do Portal T1 Notícias e do Portal Cleber Toledo, os dois canais de notícias da internet mais visitados do Tocantins. Foram divulgados também, por meio do site da Agência de Fomento, e da Secretaria de Comunicação do Estado, sendo assim repercutidos e reproduzidos pelos demais sites de notícias do Estado. Desta maneira, foram realizadas ações no sentido de promover a mídia espontânea para a Instituição, não havendo, portanto, a realização de campanha publicitária no ano.

4.4 Prospecção e Oportunidades de Negócios (relatório de administração do exercício)

No exercício de 2017 a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios realizou prospecções, palestras, visitas a empreendedores, oferecendo linhas de crédito de acordo com o perfil de cada empreendimento, totalizando 2.068 atendimentos, em diversos municípios.

Em Paraíso do Tocantins, no período de 24 a 25/04/2017, foram realizados atendimentos e prospecções no **PROMEI - Programa de Fortalecimento das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais**, e no período de 12/05/2017, também foram realizadas ações na **SEMANA DO MEI - Microempreendedor Individual** nesse mesmo Município.

No município de Cristalândia, no período de 16 a 17/05/2017, os atendimentos e prospecções também ocorreram na **SEMANA DO MEI - Microempreendedor Individual.**

No período de 04 a 05/08/2017, a convite do Sebrae, foram realizados atendimentos e prospecções no município de Crixás-TO, bem como atendimentos e palestras à Cadeia Produtiva do Setor Moveleiro em Gurupi.

Em parceria com o Sebrae, dia 17/10/2017, atuou-se no Dia **"C" do Crédito**, nos municípios de Palmas (Centro e Taquaralto), Araguaína e Gurupi, totalizando mais de 100 atendimentos nessas ações.

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

Participação também no Fórum de Desenvolvimento Econômico em: **1)** Guaraí - 1ª Edição, nos dias 22 a 25/05/2017; **2)** Gurupi - 2ª Edição, nos dias 31/08/2017 a 04/09/2017; **3)** Araguatins-Augustinópolis - 3ª Edição, nos dias 18 a 20/10/2017; e **4)** em Taguatinga-TO - 4ª Edição, de 30/11 a 01/12/2017.

4.5 Análise de Crédito

- **Operações de Crédito**

Em 2017 a Agência de Fomento liberou um total de R$ 3.298 (mil) em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo diversos seguimentos.

Do montante liberado foi registrado um valor médio de R$ 63 (mil) por empreendedor, sendo 79,66% destinado para a linha de Comércio e Serviços, 10,67% para o Microcrédito e 9,67% para o Turismo.

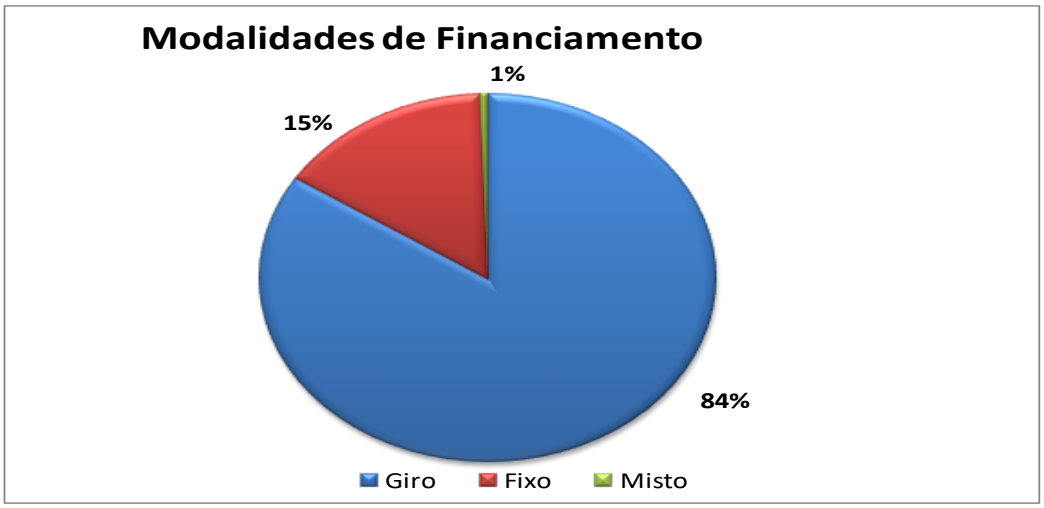
Com relação à modalidade de crédito, 88% das operações foram destinadas ao capital de giro e 12% ao investimento fixo.

- **Liberações de Crédito por Município**

Foram atendidos micro, pequenos e médios empreendimentos em 13 municípios tocantinenses, com destaque para Palmas, correspondendo a 88,58% do montante liberado no Exercício de 2017, em seguida está o município de Araguaína correspondendo a 6,48% do montante liberado, e em 3.º lugar se destaca o município de Goianorte:

- **Modalidades de Financiamento**

Com relação à modalidade de financiamento, 84% das operações de crédito foram liberadas como capital de giro, 15% como investimento fixo e apenas 1% para o investimento misto, que é o capital de giro associado ao investimento fixo:



- **Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito**

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

A taxa média de juros ficou em 2,64% a.m. e prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 32 meses. Do montante, R$ 1.837 (mil) foram liberados com carência, correspondendo a 62,73% das liberações de crédito e R$ 1.461 (mil) sem carência, representando 37,27% do montante liberado.

- **Rating das Operações de Crédito**

Das operações de crédito com relação ao montante liberado, 1,76% estão classificadas no nível de risco inicial A, 33,29%no nível de risco B e64,95% estão concentradas no nível de risco C.

- **Garantia das Operações de Crédito**

Com relação ao tipo de garantia, 52,37% estão concentradas em Direitos Creditórios, 31,59% das operações em alienação fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 11,86% garantidas pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE e 4,18% em garantia fidejussória. Isso demonstra que 95,82% dos créditos liberados em 2017 foram avalizados por garantias de melhor liquidez.

4.6 Gestão de Crédito

Destaca-se, ante à gravidade do momento econômico, permeado pelas incertezas políticas que afetaram durante todo ano o desempenho das instituições financeiras, principalmente, as mais vulneráveis pelo (a)porte, que a Gestão reagiu à inadimplência que assomou ao mercado, recuperando créditos de difícil ou duvidosa liquidação, através do recebimento por dação em pagamento de imóveis, bens submetidos ou não às garantias do negócio, evitando assim a inadimplência e um oneroso e extremamente demorado processo judicial, nos moldes do histórico das contingências ativas da Sociedade.

Com isso, a Agência passou a deter a propriedade imobiliária de diversos bens, recebidos em dação em pagamento, cujos valores em 2017 totalizam R$ 5.311 (mil), minimizando o impacto da vislumbrada inadimplência. Esses bens, assim como todos os recebidos em tais condições, deverão ser vendidos no prazo de um ano, a contar do seu recebimento, em leilão público, na forma da lei.

A Despesa de Provisão para operação de Créditos encerrou o período com R$ 1.909 (mil), sendo a média mensal de R$ 159 (mil)

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R$ 1.683 (mil), resultado positivo, fruto de recebimento de créditos inadimplentes. Ao receber estes valores, o valor do provisionamento é reduzido e a receita aumentada.

Os créditos renegociados ficaram em R$ 269 (mil). As renegociações de créditos são realizadas sempre quando o cliente necessita de um reescalonamento, para continuar honrando com suas parcelas.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante no exercício de R$ 511 (mil). Esses créditos são provenientes de cobranças infrutíferas, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ajuizamentos.

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

Dos créditos que foram baixados como prejuízo foram recuperados R$ 164 (mil). Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R$ 240 (mil), vencidas até 90 dias R$ 64 (mil), vencidas acima de 90 dias R$ 404 (mil), parcelas vincendas R$ 6.914 (mil). Baseado na resolução nº2682 de 1999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste exercício somou um saldo de R$ 7.622 (mil).

De forma geral, referente aos índices da Gestão de Crédito supra mencionados, a Agência de Fomento vem obtendo resultados satisfatórios na recuperação dos créditos inadimplentes e na redução de provisionamento por atraso.

4.7 Ações de Cobranças Judiciais

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A, no exercício regular de seu direito de credora e buscando a satisfação dos financiamentos inadimplidos através de expedientes judiciais cabíveis, atingiu no ano de 2017 o total de 108 (cento e oito) ações judiciais, descartando as demandas efetivamente arquivadas (em razão de liquidação espontânea, da procedência ou improcedência da ação, etc.). Encontram – se em curso 90 (noventa) ações.

Ademais, frise-se que a conciliação é sempre proposta aos clientes através de acordo extrajudicial das dívidas, independentemente da fase processual em que se acha a demanda, respeitando os direitos e interesses da instituição, bem como, as regras e condições regentes do ato.

Esse é o breve relatório das contingências ativas em tramitação até a data 31 de dezembro de 2017.

4.8 Desempenho Econômico-Financeiro

As receitas do exercício totalizaram R$ 5.015 (mil) e as despesas R$ 7.840 (mil), o resultado líquido acumulado do exercício de 2017 foi um prejuízo de R$ 2.825 (mil), a que deu causa a diminuição nas receitas nas operações de crédito, decorrente em parte pela redução das taxas de remuneração de capital com as quais opera impostas pelo mercado e da redução das próprias operações, em volume e em valores, ante à persistente falta de aporte de capital dos acionistas, enquanto todas as demais despesas legais e administrativas são inevitavelmente e permanentemente majoradas.

A falta de aporte ao capital da Agência, mantido no mesmo patamar de R$ 26.823 (mil) desde 2013, data do último aporte, compromete substancialmente a política de aplicação dos recursos da Agência, limitando-a cada vez mais ao longo dos anos, corroendo capitais e comprimindo-a, o que implica nos sucessivos e inevitáveis prejuízos realizados, nos descumprimentos de metas e diretrizes orçamentárias, principalmente em relação às suas prioridades legais de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Estado através de financiamento de projetos de desenvolvimento para estimular, potencializar ou criar vantagens competitivas que promovam benefícios econômicos e sociais nas áreas de sua influência, em consonância com o Plano do Governo.

Cabe ressaltar que diante do quadro que ora se apresenta os Gestores da Instituição decidiram, para o próximo período, adotar as seguintes medidas:

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

a) Redução no quadro de pessoal;
b) Realocação de todos os setores no andar superior com vistas a reduzir o valor do aluguel;
c) Redução das despesas com manutenção e limpeza, tendo em vista a redução na área utilizada;
d) Redução no valor pago do Vale Alimentação dos colaboradores; e,
e) Providenciar a realização de leilão dos bens recebidos em dação em pagamento e os apreendidos ou consolidados em alienação fiduciária, os quais irão gerar mais receita.

Deve-se considerar ainda que a Agência de Fomento, atendendo sua missão como instituição financeira de desenvolvimento, opera com taxas de juros reduzidas, comparativamente ao mercado financeiro tradicional, o que resulta em baixo *spread* nas operações.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R$ 874 (mil). Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R$ 8.820 (mil), estando R$ 8.495 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R$ 325 (mil) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R$ 21.380 (mil). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R$ 8.820 (mil), correspondente a 41% e carteira ativa de operações de crédito com um montante de R$ 6.110 (mil) equivalente a 29% e 30% sendo de outros ativos.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R$ 20.884 (mil), distribuídos em R$ 26.823 (mil) de Capital Social subscrito, R$ 26.789 (mil) Capital Social integralizado, R$ 153 (mil) de Reserva Legal e R$ 6.058 (mil) de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R$ 496 (mil), sendo R$ 1 (mil) correspondentes às obrigações por empréstimos e repasses ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e R$ 495 (mil) são outras obrigações, tais como: funcionários; impostos e fornecedores.

4.9 Gestão de Riscos e Compliance

- **Gerenciamento de Riscos e Controles Internos**

O modelo de controle interno adotado pela Agência utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles, a arquitetura é elaborada pelo COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

A Gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A Agência de Fomento adota o cálculo do Value at Risk– VAR paramétrico como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-o a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros pré-fixadas. Dentro de um horizonte de tempo com um intervalo de confiança, a Instituição mantêm o seu cálculo do VAR com uma confiabilidade de 99% para um intervalo de 10 dias.

- **Gerenciamento de Capital**

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

A Agência de Fomento implantou a Política de Gerenciamento de Capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.988/2011 e com suas respectivas atualizações e normas complementares.

- **Cultura de Riscos e Controles na Instituição**

Manteve seus critérios aproximando da realidade de cada empreendimento, e dentro da normalidade com suas liberações de crédito e seus controles. Ocorreu também a priorização quanto aos controles nos processos administrativos, bem como, os processos operacionais, de forma a garantir mais segurança.

Assim sendo, a Auditoria Interna continua na aferição da qualidade dos serviços dessa Coordenadoria de Riscos, bem como na emissão de relatórios trimestral e semestral quanto a sua atuação, e rotineiramente na fiscalização e inspeções nos processos de despesas administrativos e de liberação de crédito.

- **Controles e Monitoramento**

A Coordenadoria de Riscos e Compliance continua com o acompanhamento preventivoadotando a metodologia CSA, ou seja, Auto-avaliação de controles, bem como, atuando em conformidade com as demais políticas internas e externas.

- **Prevenção a Fraudes e Crimes de Lavagem de Dinheiro – PLD**

A instituição adota ainda procedimentos de "pré-crédito" para conhecimento do empreendimento solicitante do crédito e de "pós-crédito" que visa certificar a aplicação dos recursos na finalidade pleiteada.
Não foi identificado nenhum ato que se enquadre como Lavagem de Dinheiro no exercício em questão, identificando que a Instituição está cumprindo com seu papel de fiscalização no ato da contratação de suas operações de crédito, inclusive através de cursos acerca o tema para seus colaboradores.

4.10 Ouvidoria

A Ouvidoria tem como objetivo aprimorar o atendimento ao cliente, bem como os processos e serviços, agregando valor à imagem da Instituição e, principalmente, reduzindo litígios. No exercício de 2017, foram recebidos (09) nove contatos telefônicos pelo DDG 0800, os quais foram encaminhados para o atendimento habitual e 03 (três) contatos recebidos por e-mail, não sendo considerados como registro de demandas de Ouvidoria.

4.11 Auditoria Independente

As atividades da Auditoria Independente foram realizadas pela empresa CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S, observando as normas de auditoria aplicáveis e as exigências do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução do **CMN n.º 3.198/2004**, sendo emitido **sem ressalva**o parecer de auditoria, atestando que a Agência de Fomento apresentou adequadamente, em todos os aspectos a sua posição patrimonial e financeira.

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

4.12. Auditoria interna.

A auditoria interna teve como meta para o exercício findo, acompanhar e executar o Cronograma de Atividades em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício. Principalmente acompanhamento/análise dos processos de despesa e concessão de crédito, assim, como os processos licitatórios. Averiguando se os procedimentos adotados estão de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição, bem como àquelas a que está subordinada. Objetivando eficiência, eficácia, e efetividade nos procedimentos administrativos.

A auditoria interna buscou priorizar oportunamente de forma preventiva, através de análise e recomendações nos processos administrativos, ajustes pontuais no cumprimento a legislação. Evitando problemas futuros, de forma a minimizar a improbidade administrativa na formatação destes processos. Avaliando sistematicamente os controles internos, aferindo sua solidez, consistência, adequação e aplicabilidade.

No fim do exercício, a auditoria interna encaminhou a Presidência, o Manual de Auditoria Interna que orienta a atuação da auditoria interna, na busca pela padronização das atividades. E tem por objetivo estabelecer normas e procedimentos para execução dos processos de auditoria interna através de análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da Fomento no cumprimento de seus objetivos.
Cumprindo com o que determina a Resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017 - Dispõe sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Como Atribuição da Auditoria Interna, foi desenvolvido um plano anual de atividades e cronograma para o exercício vindouro, visando auxiliar e alcançar os objetivos da auditoria, adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, com o objetivo de adicionar valor e melhorar os resultados planejados pela unidade de auditoria interna.

4.12.1 Estrutura e Governança

A Resolução nº 095 / 2011 Dispõe sobre a revisão da Política de Riscos e Controles Internos da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A. A estrutura organizacional que compõe esse processo envolve várias áreas da administração, cabendo a unidade de auditoria interna avaliação periódica nas seguintes atividades:

- Monitoramento constante do cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos;
- Aferição da qualidade das avaliações de riscos;
- Certificação da implementação dos planos de ação definidos;
- Indicação de potenciais riscos à Diretoria Executiva;
- Elaboração de relatórios periódicos de recomendações de melhoria no processo de gestão de riscos operacionais e controles internos.

4.12.2Portal da Transparência “Fomento”

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

Reafirmando a necessidade da divulgação das ações desta companhia conforme determina a Constituição Federal de 1988 e outros normativos. O acesso à informação tornou-se um dos insumos básicos ao exercício da cidadania. A vista desta premissa extrai-se o direito do cidadão em conhecer, opinar e acompanhar as decisões governamentais para certificar-se de que os recursos postos à disposição do Estado produziram resultados positivos conforme objetivos de sua destinação.
O controle interno não possui somente a função de controle em si, ele também pode ser vinculado à atividade de planejamento desenvolvida nos órgãos e companhias, monitoramento de riscos e informações de resultados obtidos no desempenho das atividades planejadas e executadas.
Com a chegada da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à informação, os órgãos e entidades devem criar e executar cronograma de implementação da referida norma, é oportuno ressaltar que a divulgação de informações e dados públicos deve ser feita de maneira espontânea e proativa, independentemente de solicitações. Nesse sentido, o art. 8º da Lei de acesso à informação prevê um rol mínimo de informações que os órgãos e entidades devem obrigatoriamente divulgar na internet.
O art.8º da lei 12.527/2011 fala da transparência ativa, pela qual os órgãos são obrigados a apresentar, nos seus sites na internet, informações básicas de interesse geral como a estrutura organizacional, sua finalidade e suas competências, dados financeiros e de despesas, dados sobre licitações, contratos, publicações de assembléias gerais, dados gerais sobre os projetos de interesse geral sob sua responsabilidade, dentre outras.
Na home Page (site) e na Intranet da Fomento, podemos constatar facilmente a falta de lançamento de dados e/ou atualizações nos links abaixo relacionados:

- Quadro Funcional;
- Folha de pagamento;
- Contratos vigentes;
- Despesas;
- Execução Orçamentária;
- Publicação das Demonstrações Contábeis;
- Assembléias gerais;
- Diárias e Passagens.

Com base na legislação e atendendo as exigências no cumprimento da legislação, recomendamos a Diretoria administrativa a adotar providências quanto à inserção das informações nos links acima relacionados, e manter atualizadas as informações. Determinando aos gerentes e Coordenadores de cada área pela emissão dos dados para Coordenação de Tecnologia da Informação (TI) para que a mesma faça a inclusão das informações no site, ou a disponibilização de autorizo para que cada coordenador faça suas inclusões das informações na Intranet, e a continuidade de suas atualizações em cumprimento aos dispositivos legais.
Que sejam adotas rotinas de trabalho pelos setores competentes conforme determina Resolução nº 088/2010. Dispõe sobre o Manual de Governança Corporativa, voltadas para a aplicação das normas que regulamentam a Agencia de Fomento do Estado do Tocantins S/A, visando a evitar diligências pelos órgãos fiscalizadores pelo não cumprimento das normas.

> *"Art. 1º Instituir, a partir desta data, o Manual de Governança Corporativa da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, o qual irá retratar os normativos que vão aprofundar a consistência das práticas internas, nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidades*

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

integral dos gestores pelos atos praticados no exercício dos seus mandatos."

Acesso a Informação; esta seção do site deve reunir e divulgar, de forma espontânea, dados da Fomento que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar e promover o acesso à informação, conforme determina a Lei de Acesso à Informação Lei nº. 12.527/2011.
No processo de informação, destacamos o papel da Ouvidoria como ente gestor destas informações. Por estes instrumentos, estimula-se o controle social e a transparência pública. Atividade que tem como objetivos aprimorar o atendimento ao cliente, bem como processos e serviços; agregar valor a imagem da Instituição; e, principalmente, reduzir litígios.

4.13.3 A Agência participa de outras ações e parcerias com o Estado, a saber:

1- SEDEN - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura:

- **Forum Estadual das Micro e Pequenas Empresas – FEMEP-** com o objetivo de promover articular e integrar políticas públicas para o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas no Estado. A Agência participa de dois Comitês: **Tecnologia e Inovação**, como membro e no comitê **Investimento e Financiamento** como coordenador. Dentro das ações que estão em andamento pelos comitês se destacam: a proposta para a criação de um **Sistema de Garantia de Crédito- SGC** com realização de reuniões e vídeo conferências para socialização do tema junto ao Sebrae Nacional e Local; **Levantamento e estudo dos Fundos Estaduais** para uma possível utilização em financiamentos às MPEs.
- **Arranjos Produtivos Locais- APLs -** com o objetivo de realizar estudos para identificar e mapear a competitividade e os principais aglomerados produtivos do Estado do Tocantins se destacando, nesse semestre, a realização do estudo de **Mapeamento e Identificação dos Arranjos Produtivos Locais** realizado pela Seden e UFT.

2- SEAGRO - Secretaria da Agricultura e Pecuária - Participação na Câmara Setorial da APL da Apicultura dentre outros.

3- SEBRAE - Nacional/FAMPE - Convênio firmado para utilização do Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas – FAMPE, que se constitui num instrumento complementar das garantias exigidas pelas instituições financeiras para concessão de crédito. Nesse ano, a utilização do aval complementar do Sebrae/Fampe, foi de grande importância para os micro e pequenos empresários, tendo em vista a situação da economia.

4- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - credenciamento e disponibilização de recursos no valor de R$ 8.000.000,00, liberados pelo programa **INOVACRED** do qual foi realizado, nesse ano**,** na Agência de Fomento, um treinamento com os técnicos da FINEP para orientação sobre a modelação e forma de utilização dos recursos liberados. Este treinamento também foi realizado na FIETO – Federação da Indústria e teve a participação da Agência de Fomento.

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse exercício e registradas no presente Relatório de Administração demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período.

Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada às diversas regiões e setores do território tocantinense.

Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2018.

JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR
Diretor-Presidente

MAURILIO RICARDO ARAÚJO DE LIMA
Diretor Operacional e Diretor Administrativo – Financeiro em exercício

103 Sul, Rua do Pedestre SO 09, Conj. 03,Lote 04.Plano Diretor Sul
CEP: 77.015-032- Palmas/TO (63) 3220-9800